

-- CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS --**Questão 16**

Assinale a opção que apresenta características da Constituição Federal Brasileira de 1988 quanto a sua origem, conteúdo, modo de elaboração e alterabilidade.

- A** promulgada, material, dogmática e rígida
- B** promulgada, formal, dogmática e rígida
- C** outorgada, material, histórica e semirrígida
- D** promulgada, formal, histórica e semirrígida
- E** outorgada, formal, dogmática e flexível

Questão 17

No que se refere às características e formas do poder constituinte, assinale a opção correta.

- A** Poder constituinte originário é soberano, autônomo e inicial, porém limitado e condicionado à legislação existente.
- B** Poder constituinte derivado reformador é ilimitado e é responsável pela revisão da constituição após sua promulgação.
- C** O poder constituinte derivado reformador estabelece prazo e forma para a reforma da constituição.
- D** Poder constituinte derivado revisor é caracterizado pela possibilidade de alterar o texto constitucional.
- E** Poder constituinte derivado decorrente é o poder investido aos estados membros para elaborar sua própria constituição, observando-se o mandamento da Constituição Federal.

Questão 18

O remédio constitucional caracterizado por ser gratuito e por prescindir de advogado para sua impetração é o

- A** *habeas corpus*.
- B** *habeas data*.
- C** mandado de segurança preventivo.
- D** mandado de segurança repressivo.
- E** mandado de injunção.

Questão 19

A respeito das normas às quais estão submetidos os partidos políticos, assinale a opção correta.

- A** Os partidos políticos são constituídos na forma de pessoa jurídica de direito público e equiparados às entidades paraestatais.
- B** Os partidos políticos com estatuto registrado no Tribunal Superior Eleitoral poderão divulgar propaganda partidária gratuita mediante transmissão no rádio e na televisão, por meio exclusivo de inserções e com a participação de pessoas não filiadas ao partido responsável pelo programa.
- C** Os partidos políticos adquirem personalidade jurídica com o registro de seus estatutos no Tribunal Superior Eleitoral.
- D** A federação, composta por dois ou mais partidos, atuará como se fosse uma única agremiação partidária, após sua constituição e respectivo registro perante o Tribunal Superior Eleitoral.
- E** Os partidos políticos podem receber, direta ou indiretamente, contribuição ou auxílio pecuniário procedente de entidade de classe ou sindical.

Questão 20

Considerando a legitimidade para proposição, o objeto, o quórum e a abrangência da ação direta de inconstitucionalidade, assinale a opção correta.

- A** Membro do Congresso Nacional tem legitimidade para propor ação direta de inconstitucionalidade.
- B** Partido político com representação no Congresso Nacional tem legitimidade para propor ação direta de inconstitucionalidade.
- C** As decisões definitivas do julgamento do mérito, proferidas pelo Supremo Tribunal Federal em ação direta de inconstitucionalidade, vinculam os três poderes da República Federativa do Brasil.
- D** Leis federais, estaduais e municipais podem ser objeto de uma ação direta de inconstitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal.
- E** Para que uma norma seja declarada inconstitucional, é necessário quórum de maioria simples dos ministros do Supremo Tribunal Federal.

Questão 21

Acerca das entidades da administração indireta, assinale a opção correta.

- A** As fundações têm como principal característica a personificação do patrimônio, cuja finalidade é não lucrativa.
- B** A autarquia é uma pessoa jurídica de direito privado, criada por lei, com capacidade de desempenhar atividades que são próprias do Estado.
- C** Existe hierarquia entre a autarquia e a pessoa jurídica que a criou.
- D** As empresas públicas são pessoas jurídicas de direito público e que podem exercer atividades gerais de caráter econômico.
- E** O patrimônio das sociedades de economia mista é integralmente detido pela União, pelos estados, pelo Distrito Federal e pelos municípios.

Questão 22

Assinale a opção correta acerca do sistema de registro de preços.

- A** O sistema de registro de preços é um procedimento auxiliar das licitações e das contratações públicas.
- B** A licitação para o registro de preços não comporta a divisão do objeto em lotes.
- C** É permitido efetuar acréscimos de até 25% nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços.
- D** Na licitação para o registro de preços, há a necessidade de indicação da dotação orçamentária correspondente.
- E** O prazo de validade da ata de registro de preços é de doze meses, prorrogável por igual período.

Questão 23

No tocante às contratações diretas pela Lei n.º 14.133/2021, assinale a opção correta.

- A** A contratação por meio de adesão à ata de registro de preços formalizada por outro órgão da administração constitui hipótese de contratação direta.
- B** Configura hipótese de dispensa de licitação a contratação de objetos que devam ou possam ser contratados por meio de credenciamento.
- C** O processo de dispensa por valor prescinde de realização de pesquisa de preços de mercado.
- D** Na hipótese de contratação direta indevida ocorrida mediante erro grosseiro, o contratado e o agente público responsável responderão solidariamente pelo dano causado ao erário.
- E** A contratação de serviços técnicos especializados de publicidade e divulgação poderá ser realizada por inexigibilidade de licitação.

Questão 24

No que se refere aos contratos administrativos, assinale a opção correta.

- A** É nulo e sem efeito o contrato verbal com a administração, inclusive o de pequenas compras ou o de prestação de serviços de pronto pagamento.
- B** Os contratos celebrados pela administração pública para a aquisição de bens e serviços por unidades administrativas com sede no exterior devem indicar como competente para dirimir qualquer questão contratual o foro da sede da administração.
- C** Ao prorrogar o prazo de vigência do contrato, a administração pode dispensar a verificação da regularidade fiscal do contratado.
- D** Nos contratos de serviços contínuos, observado o interregno mínimo de um ano, o critério de reajustamento de preços será por reajuste ou repactuação, conforme o caso.
- E** O instrumento de contrato é obrigatório, nos casos de contratação direta, seja por dispensa, seja por inexigibilidade de licitação.

Questão 25

De acordo com o disposto na Lei n.º 8.429/1992, assinale a opção que corresponde ao ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública.

- A** Perceber vantagem econômica para intermediar a liberação ou a aplicação de verba pública de qualquer natureza.
- B** Descumprir as normas relativas à celebração, à fiscalização e à aprovação de contas de parcerias firmadas pela administração pública com entidades privadas.
- C** Receber vantagem econômica de qualquer natureza, direta ou indiretamente, para omitir ato de ofício, providência ou declaração a que esteja obrigado.
- D** Permitir ou facilitar a aquisição, permuta ou locação de bem ou serviço por preço superior ao de mercado.
- E** Frustrar a licitude de processo licitatório ou de processo seletivo para a celebração de parcerias com entidades sem fins lucrativos, ou dispensá-los indevidamente, acarretando perda patrimonial efetiva.

Questão 26

Determinada prefeitura resolveu executar judicialmente diversos débitos referentes a impostos sobre a propriedade predial e territorial urbana (IPTUs) não pagos. Após a emissão da certidão de dívida ativa (CDA), foi constatado erro na metodologia de cálculo e nos valores.

Com relação a essa situação hipotética, as referidas certidões, de acordo com a Lei n.º 6.830/1980,

- A** não poderão ser emendadas ou substituídas, devendo ser anuladas.
- B** podem ser substituídas ou emendadas até a primeira decisão de penhora, sendo desnecessária a devolução de prazo para embargos.
- C** podem ser substituídas ou emendadas até a primeira decisão de penhora, sendo desnecessária a devolução de prazo para embargos.
- D** podem ser emendadas ou substituídas até a decisão de primeira instância, com a devolução de prazo para embargos.
- E** podem ser emendadas ou substituídas até a decisão de primeira instância, sendo desnecessária a devolução de prazo para embargos.

Questão 27

De acordo com a Lei Complementar n.º 123/2006, o regime especial unificado de arrecadação de tributos e contribuições devidos pelas microempresas e empresas de pequeno porte — Simples Nacional não exclui a incidência de determinados tributos, devidos na qualidade de contribuinte ou responsável, em relação aos quais será observada a legislação aplicável às demais pessoas jurídicas. Um desses tributos é

- A** o imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação.
- B** a contribuição para o imposto sobre produtos industrializados incidente na importação de bens e serviços.
- C** o imposto sobre a renda da pessoa jurídica.
- D** a contribuição social sobre o lucro líquido.
- E** o imposto sobre serviços de qualquer natureza.

Questão 28

De acordo com a Lei n.º 8.137/1992, o comerciante que dolosamente deixar de fornecer, quando obrigatório, nota fiscal ou documento equivalente, relativa à venda de mercadoria ou prestação de serviço, efetivamente realizada, ou fornecê-la em desacordo com a legislação,

- A** cometerá crime contra a ordem tributária.
- B** descumprirá obrigação acessória sem repercussão penal.
- C** cometerá ilícito administrativo e cometerá crime contra a ordem econômica.
- D** cometerá crime contra as relações de consumo.
- E** cometerá crime, sendo vedado o *bis in idem* com a cominação de multa administrativa e tributária.

Questão 29

No tocante à responsabilidade tributária prevista no Código Tributário Nacional (CTN), respondem solidariamente em relação às penalidades de caráter moratório

- A** os pais, pelos tributos devidos por seus filhos.
- B** o cônjuge em regime de separação total de bens, pelos tributos do outro cônjuge.
- C** o síndico, pelos tributos devidos pelo condomínio.
- D** os sócios não administradores, pelos tributos de pessoas jurídicas de direito privado.
- E** os tabeliães, pelos tributos devidos sobre os atos praticados por eles.

Questão 30

De acordo com a Constituição Federal de 1988 e com o CTN, o imposto sobre a propriedade territorial rural

- A** tem como base de cálculo o valor venal da propriedade.
- B** é instituído pelos municípios.
- C** é não cumulativo.
- D** é obrigatoriamente fiscalizado pelos municípios.
- E** incide sobre pequenas glebas rurais, definidas em lei, quando as explore o proprietário que possua outro imóvel.

Questão 31

De acordo com a Constituição Federal de 1988, a lei orçamentária anual da União compreenderá

- A** o orçamento fiscal referente aos poderes da União, aos seus fundos, aos órgãos e às entidades da administração direta e indireta, excluídas as fundações instituídas e mantidas pelo poder público.
- B** o orçamento fiscal das empresas públicas e das sociedades de economia mista.
- C** o orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha capital social com ou sem direito a voto.
- D** o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e todos os órgãos a ela vinculados.
- E** o orçamento fiscal das sociedades de economia mista.

Questão 32

É característica do conceito de um orçamento público impositivo no modelo brasileiro

- A a existência de comando normativo criado na própria lei orçamentária, sendo desnecessária a existência de norma anterior.
- B a existência de vinculações que não gerem direito subjetivo.
- C uma maior discricionariedade administrativa na execução do orçamento pelo Poder Executivo.
- D a obrigatoriedade da execução orçamentária das programações relativas a emendas individuais ao projeto de lei orçamentária.
- E uma menor previsibilidade da execução orçamentária.

Questão 33

De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, os poderes e o Ministério Público promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, limitação de empenho e movimentação financeira se for verificado, ao final

- A de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas na lei orçamentária anual.
- B de cada mês, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias.
- C de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no anexo de metas fiscais.
- D de um bimestre, que a fixação de despesas poderá não comportar o cumprimento das metas do montante da dívida pública estabelecidas no anexo de metas fiscais.
- E de cada mês, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas na lei orçamentária anual.

Questão 34

Nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal, considera-se como renúncia de receita, para fins da exigência da estimativa de impacto orçamentário-financeiro,

- A o cancelamento de débito cujo montante seja inferior ao dos respectivos custos de cobrança.
- B a alteração de alíquota pelo Poder Executivo do imposto de importação de produtos estrangeiros.
- C a alteração de alíquota pelo Poder Executivo do imposto de exportação, para o exterior, de produtos nacionais.
- D a alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou de contribuições.
- E a alteração de alíquota pelo Poder Executivo do imposto de exportação, para o exterior, de produtos nacionais.

Questão 35

De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, se a dívida consolidada de determinado município ultrapassar o respectivo limite ao final de um quadrimestre, deverá ser a ele reconduzida até o término dos três quadrimestres subsequentes, reduzindo-se o excedente em, no mínimo, vinte e cinco por cento no primeiro quadrimestre. Enquanto perdurar o excesso, o município poderá realizar operação de crédito

- A interna, desde que seja para pagamento de dívida mobiliária.
- B interna ou externa, inclusive por antecipação de receita.
- C interna.
- D externa.
- E por antecipação de receita.

Questão 36

Olivia, adolescente com 17 anos de idade, tem como objetivo profissional tornar-se estudante do curso de Direito. A adolescente, muito madura para a sua faixa etária, desenvolveu uma plataforma virtual de conteúdo jurídico, na qual divulga vídeos sobre direitos básicos dos cidadãos. O canal de Olivia tornou-se um sucesso e despertou o interesse de patrocinadores. Embora ainda não tenha recebido nenhuma quantia, a adolescente entendeu que, nesse contexto, há a possibilidade de ela custear seu curso de Direito. Então, os pais de Olivia, João e Maria, decidiram emancipá-la, o que permitirá à menor praticar pessoalmente os atos da vida civil.

Nessa situação hipotética,

- A a emancipação de Olivia por João e Maria é um ato revogável.
- B a emancipação de Olivia depende de homologação judicial, pois a menor alcançou muita visibilidade.
- C a capacidade de Olivia pode ser antecipada por instrumento particular.
- D o ato de emancipação deve, necessariamente, ser levado a registro no cartório competente.
- E a emancipação de Olivia é vedada, já que ela não tem economia própria.

Questão 37

Fátima mora em um apartamento alugado e a locação é garantida por fiança prestada por seu namorado Paulo. Certa vez, Fátima, em conversa com sua irmã Aparecida, relatou que estava passando por dificuldades financeiras, o que poderia levá-la a não ter condições de pagar o aluguel do mês seguinte. Nesse contexto, Aparecida, na data do vencimento da obrigação, procurou o locador Pedro e efetuou o pagamento do aluguel devido por Fátima em nome desta e sem qualquer oposição.

Com base na situação apresentada, Aparecida

- A sub-rogou-se, como terceira interessada, nos direitos que Pedro tinha contra Fátima, inclusive a garantia fidejussória prestada por Paulo.
- B poderia, como devedora solidária, ser cobrada pela dívida, tendo, contra Fátima, direito de regresso.
- C tem, como terceira não interessada, apenas direito de regresso contra Fátima.
- D assumiu uma conduta caracterizada como liberalidade e não tem qualquer direito de regresso a ser exercido contra Fátima.
- E não poderia ter feito o pagamento, já que, conforme a legislação, o pagamento deve ser feito somente pelo devedor.

Questão 38

Miguel, proprietário da vaca Dorinha, vendeu-a a Benício. Eles celebraram, em 10 de setembro de 2022, um contrato de compra e venda, pelo qual Miguel deveria receber do comprador Benício a quantia de R\$ 3.000,00, no momento da entrega do semovente, convencionada para um mês após a celebração do contrato. Nesse interregno, para a surpresa de Benício, Dorinha pariu dois bezerros.

Considerando-se essa situação hipotética, é correto afirmar que

- A a decisão de um juiz é necessária em razão da ausência de convenção entre as partes sobre os bezerros.
- B os bezerros pertencem a Miguel.
- C os bezerros pertencem a Benício.
- D um bezerro pertence a Miguel e outro a Benício.
- E um sorteio deverá definir a quem pertencem os bezerros.

Questão 39

Joana e Mariano são pais de Rafael de 7 anos de idade. O menor está no início de sua vida escolar. Rodrigo, irmão de Joana, decidiu doar ao sobrinho uma quantia em dinheiro.

Nessa situação hipotética, a doação

- Ⓐ deve ser anuída por Rafael.
- Ⓑ precisa contar com o consentimento de Rafael, expressado pelos pais.
- Ⓒ é nula e não pode ser convalidada.
- Ⓓ dispensa aceitação, porque se refere à doação pura e foi realizada em favor de absolutamente incapaz.
- Ⓔ dispensa consentimento de Rafael, pois se refere a negócio jurídico unilateral.

Questão 40

João Pedro, habilitado e dentro do limite de velocidade, dirigia seu veículo na rodovia, quando, à sua frente, uma criança atravessou a pista fora da faixa de pedestre. Para evitar o atropelamento da criança, João Pedro saiu da sua faixa de rolamento e colidiu com o veículo de Vinícius, motorista de aplicativo, que estava em serviço e não teve nenhuma culpa no acidente. João Pedro se nega ao pagamento de qualquer valor a Vinícius, já que entende que a responsabilidade civil recai sobre Paulo, pai da criança.

Com base nessa situação apresentada e a respeito da responsabilidade civil de João Pedro, assinale a opção correta.

- Ⓐ João Pedro não poderá ser responsabilizado civilmente porque incide a excludente de responsabilidade do fato exclusivo de terceiro.
- Ⓑ João Pedro praticou ato ilícito e fica obrigado a indenizar Vinícius.
- Ⓒ João Pedro deve ser responsabilizado objetivamente pelos danos que causou a Vinícius.
- Ⓓ Não houve a prática de ato ilícito e João Pedro não terá que indenizar Vinícius, pois agiu no exercício regular de um direito.
- Ⓔ João Pedro não praticou ato ilícito, pois agiu em estado de necessidade, mas, ainda assim, terá de indenizar Vinícius.

Questão 41

Maria, Fernando, Rafaela e Gabriel, acionistas de uma sociedade anônima, ajuizaram ação com a finalidade de anular uma assembleia que foi instalada sem a observância do *quorum* mínimo.

A situação hipotética descreve um cenário de

- Ⓐ litisconsórcio passivo, originário, necessário e simples.
- Ⓑ litisconsórcio ativo, superveniente, facultativo e unitário.
- Ⓒ litisconsórcio passivo, superveniente, necessário e unitário.
- Ⓓ litisconsórcio ativo, originário, necessário e simples.
- Ⓔ litisconsórcio ativo, originário, facultativo e unitário.

Questão 42

Mariano, por negligência, colidiu seu carro com o automóvel de Antônio, que é taxista e estava trabalhando no momento. Em razão do acidente, Antônio teve que passar por uma cirurgia para a reconstrução de parte de seu braço, arcando com os custos correlatos. A cirurgia foi bem-sucedida. Após ficar de repouso em casa por quatro meses, por recomendação médica, no período pós-operatório, Antônio resolveu ajuizar ação contra Mariano, com o objetivo de obter indenização por perdas e danos sofridos em razão do acidente. No curso da ação, Mariano, que tinha contratado seguro contra terceiros para seu veículo, requereu a denunciação da lide da seguradora X, tendo o juiz, no entanto, indeferido o pedido.

Com base na situação apresentada, assinale a opção correta.

- Ⓐ A denunciação da seguradora X poderá ser realizada a qualquer tempo no processo.
- Ⓑ Da decisão do juiz de indeferimento da denunciação da lide cabe agravo de instrumento.
- Ⓒ A seguradora X não pode denunciar da lide em denunciação sucessiva.
- Ⓓ Caso seja mantido o indeferimento, Mariano futuramente não poderá exercer seu direito de regresso contra a seguradora X.
- Ⓔ A decisão do magistrado é irrecurável por agravo de instrumento e a questão deve ser suscitada em preliminar de apelação.

Questão 43

Marcela firmou com Renata um contrato de mútuo feneratício, obtendo empréstimo de R\$ 100.000,00, no qual figurou como fiador seu amigo Itamar, sem renúncia aos benefícios legais. Todos residem em Maringá, município do estado do Paraná, e Marcela possuía dois imóveis próprios situados nesta Comarca, sem quaisquer restrições. Vencida a obrigação de pagamento, Marcela não efetuou o depósito do valor devido a Renata, de modo que essa ajuizou execução de título extrajudicial.

Diante dessa situação hipotética, assinale a opção correta.

- Ⓐ Itamar é parte ilegítima no processo de execução.
- Ⓑ Se Marcela for demandada sozinha, após citada, poderá chamar Itamar ao processo.
- Ⓒ Se Itamar for executado, poderá nomear à penhora os bens de Marcela situados em Maringá.
- Ⓓ Se Itamar pagar a dívida, não poderá executar a afiançada Marcela, nos autos do mesmo processo.
- Ⓔ Itamar pode ser cobrado diretamente pela totalidade da dívida.

Questão 44

Marcos ajuizou ação contra Renê e este foi condenado, em primeira instância, a pagar-lhe a quantia de R\$ 10.000,00. Contra a sentença, Renê interpôs recurso, endereçado ao tribunal, o qual foi recebido apenas no efeito devolutivo. Antes do trânsito em julgado, Marcos requereu o cumprimento provisório da sentença que reconheceu a exigibilidade de obrigação de pagar quantia certa.

Com base nessa situação hipotética, assinale a opção correta acerca do cumprimento provisório de sentença.

- Ⓐ Deve ser decidido pelo tribunal, quando do julgamento do recurso.
- Ⓑ Depende de caução idônea para que tenha início, podendo ser dispensada no caso de crédito de natureza alimentar.
- Ⓒ Não é cabível impugnação ao cumprimento provisório de sentença.
- Ⓓ Deve ser negado o seu seguimento, pois, antes do trânsito em julgado, inexistente certeza e liquidez quanto ao título judicial.
- Ⓔ Correrá por conta e responsabilidade de Marcos, que deverá, em caso de reforma da sentença, reparar os danos causados a Renê, independentemente de prova de culpa.

Questão 45

Olívia celebrou contrato de adesão com a empresa Escuro S.A., cujo objeto do negócio jurídico era o fornecimento de serviço de televisão a cabo. Em determinada cláusula do contrato de prestação de serviços, consta convenção das partes, a qual atribui a Olívia o ônus de provar, em caso de litígio judicial, que o local de sua residência oferece todas as condições técnicas adequadas para o fornecimento do sinal de televisão a cabo com a qualidade contratada.

Diante dessa situação hipotética, acerca da cláusula que convencionou sobre o ônus da prova e a possível produção de efeitos em um processo judicial envolvendo as partes descritas, assinale a opção correta.

- A A distribuição do ônus da prova, no caso, não será admitida porquanto torna excessivamente difícil à parte aderente o exercício do direito.
- B Caso o juiz venha a aplicar critério diverso de distribuição do ônus da prova, deve fazê-lo no momento da sentença.
- C O CPC não admite convenção sobre ônus da prova.
- D Da decisão do juiz que venha a aplicar critério diferenciado do ônus da prova não cabe recurso.
- E O CPC não permite que, a critério do juiz, seja redistribuído o encargo probatório.

Questão 46

Assinale a opção correta a respeito da teoria da empresa.

- A Encerra os critérios utilizados à época dos atos de comércio, justapondo a ideia de exercício profissional de atividade economicamente organizada à figura do empresário.
- B Representa avanço no processo exegético ao inovar com a aplicação dos usos e costumes ao direito empresarial.
- C Rejeitada pelo atual Código Civil, influenciada por Nicolau Maquiavel, faz uso da objetividade do positivismo exegético para limitar as fontes do direito empresarial à letra da lei.
- D Foi formalmente materializada na França do século XVIII, com a instituição do Código Comercial Napoleônico de 1804.
- E Abandona o modelo normativista e passa a considerar a ciência do direito como exata, lógica e imparcial.

Questão 47

Considerando o conceito de empresário no Brasil, assinale a opção correta.

- A Quem promove a circulação de bens e serviços próprios de comércio é considerado consumidor.
- B Independentemente de registro, o produtor rural não se enquadra como sujeito de direitos e deveres aplicáveis ao empresário.
- C O advogado, ainda que sócio de sociedade de advogados, não exerce atividade empresária.
- D Não é empresário quem exerce atividade personalíssima de profissão intelectual, de natureza científica, literária ou artística, mesmo que venham a constituir elemento de empresa.
- E Quem produz ou fabrica bem para consumo próprio é caracterizado como microempresário.

Questão 48

Segundo a Lei n.º 8.934/1994, estão sujeitos a arquivamento no registro público de empresas mercantis e atividades afins

- A os atos de empresas mercantis com nome idêntico a outros já existentes.
- B a alteração contratual, por deliberação majoritária do capital social, exigida quando houver cláusula restritiva.
- C os atos concernentes a empresas mercantis estrangeiras autorizadas a funcionar no Brasil.
- D os documentos que colidirem com o contrato social vigente.
- E as alterações do contrato social com vistas à incorporação de imóveis à sociedade, por instrumento particular, desde que sem outorga uxória necessária.

Questão 49

Conforme as disposições da Lei n.º 9.279/1996, o desenho industrial

- A é conceituado como a forma plástica ornamental de um objeto, dotada de originalidade, sendo registrável ainda que não possa servir para fabricação industrial.
- B será considerado novo quando não compreendido no estado da técnica.
- C será registrável quando consistir na forma determinada essencialmente por considerações técnicas ou funcionais.
- D será registrável ainda que contrário à moral e aos bons costumes, por se tratar de exercício de liberdade criativa.
- E inclui as produções de caráter puramente artístico.

Questão 50

Assinale a opção que, de acordo com a Lei n.º 11.101/2005, corresponde ao valor limite da causa na qual determinado produtor rural poderá apresentar plano especial de recuperação judicial.

- A R\$ 81.000,00
- B R\$ 360.000,00
- C R\$ 1.800.000,00
- D R\$ 3.600.000,00
- E R\$ 4.800.000,00

Questão 51

Segundo o Código de Defesa do Consumidor, as associações que possuem legitimidade para defender o consumidor em juízo

- A independem de autorização assemblear.
- B possuem direito de ação condicionado à inércia da União.
- C devem estar legalmente constituídas há pelo menos 2 anos.
- D estão habilitadas a exercer o direito de ação somente em casos de abrangência nacional.
- E podem ostentar objetivo social genérico, ainda que não relacionado à defesa dos direitos e interesses do consumidor.

Questão 52

Assinale a opção correta a respeito dos crimes tipificados pelo Código de Defesa do Consumidor.

- A A omissão de informação sobre a nocividade de produtos ou serviços não configura crime.
- B A afirmação enganosa sobre as características do produto é punida se praticada com dolo ou culpa.
- C Não se aplica ao crime de promoção de publicidade abusiva ou enganosa o dolo na modalidade eventual.
- D O emprego de componentes usados na reparação de produtos configura crime, ainda que autorizado pelo consumidor.
- E É crime não comunicar à autoridade competente e ao consumidor os riscos à saúde sobre determinado produto, conhecidos após a sua colocação no mercado, mas a omissão em retirá-lo após determinação da autoridade competente não é punida no âmbito penal.

Questão 53

Segundo o Código de Defesa do Consumidor, a decadência, no caso de produtos duráveis, e a prescrição, por fato do serviço, ocorrem, a contar do prazo legalmente fixado, em

- A 30 dias para ambos os casos.
- B 30 dias para a decadência e 90 dias para a prescrição
- C 90 dias para ambos os casos.
- D 90 dias para a decadência e 5 anos para a prescrição.
- E 5 anos para a decadência e 90 dias para a prescrição.

Questão 54

A alteração unilateral dos preços pelo fornecedor retrata violação ao princípio

- A da devida informação.
- B da indisponibilidade.
- C da boa-fé objetiva.
- D da invulnerabilidade.
- E do equilíbrio.

Questão 55

Julgue os itens a seguir a respeito das cláusulas contratuais abusivas nas relações de consumo.

- I São anuláveis judicialmente, com efeito *ex nunc*, a partir da declaração de nulidade, em homenagem ao princípio da segurança jurídica.
- II A nulidade de uma cláusula abusiva, via de regra, não invalida o contrato.
- III É competência exclusiva do PROCON requerer ao Ministério Público que ajuíze ação destinada a combater as cláusulas abusivas.

Assinale a opção correta.

- A Nenhum item está certo.
- B Apenas o item I está certo.
- C Apenas o item II está certo.
- D Apenas o item III está certo.
- E Todos os itens estão certos.

Questão 56

De acordo com a legislação, o contrato de transferência da servidão ambiental deve conter

- A os direitos e deveres apenas do proprietário instituidor.
- B os casos de rescisão.
- C os benefícios sociais do detentor da servidão ambiental.
- D os direitos e deveres do detentor da servidão ambiental.
- E o foro competente.

Questão 57

De acordo com a legislação aplicável, o poder público municipal possui preferência para aquisição de imóvel urbano objeto de alienação onerosa entre particulares ante o exercício do direito de

- A retomada.
- B preempção.
- C evicção.
- D retrocessão.
- E reintegração.

Questão 58

Em loteamento destinado a edificação, com abertura de novas vias de circulação, de logradouros públicos e com modificação das vias existentes, o controle de acesso será regulamentado por ato

- A do poder público municipal.
- B do empreendedor.
- C do síndico, aprovado em assembleia específica.
- D da assembleia geral.
- E do conselho de administração.

Questão 59

O local definido como aldeia pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) será considerado pela legislação aplicável

- A núcleo informal.
- B núcleo informal consolidado.
- C unidade regional.
- D vilarejo.
- E localidade de pequeno porte.

Questão 60

De acordo com o Código Florestal, as superfícies terrestres cobertas por vegetação adaptada à inundação são definidas como

- A veredas.
- B várzeas de inundação.
- C áreas úmidas.
- D planícies de inundação.
- E faixas de passagem de inundação.

Questão 61

A liberdade na prestação de serviço sem vínculo de emprego; a prestação de serviços a mais de um tomador de serviço; a existência de um intermediador da mão de obra que coloca os trabalhadores no local onde é necessária a prestação do serviço; e a prestação de serviço realizado em curto período são características do

- A trabalho avulso.
- B contrato de emprego comum.
- C trabalho autônomo.
- D trabalho eventual.
- E contrato temporário.

Questão 62

Considerando-se que, no direito do trabalho, é nulo o ato ou o documento elaborado com o intuito de encobrir a verdade dos fatos ou de desvirtuar a aplicação das normas trabalhistas, é correto afirmar que a regra em questão fundamenta-se no princípio da

- A razoabilidade.
- B continuidade da relação de emprego.
- C irrenunciabilidade.
- D primazia da realidade.
- E inalterabilidade contratual.

Questão 63

Conforme a Constituição Federal de 1988, a redutibilidade salarial não é admitida

- A em qualquer hipótese.
- B salvo se houver acordo entre empregado e empregador.
- C salvo o disposto em acordo coletivo de trabalho, convenção coletiva de trabalho ou se houver acordo entre empregado e empregador.
- D salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo de trabalho.
- E salvo o disposto em acordo coletivo de trabalho ou se houver acordo entre empregado e empregador.

Questão 64

Na extinção do contrato de trabalho, o empregador deverá realizar o pagamento das verbas rescisórias até

- A quarenta e oito horas contadas a partir da comunicação do aviso prévio.
- B dez dias contados a partir da comunicação do aviso prévio.
- C dez dias contados a partir do término do contrato.
- D trinta dias contados a partir do término do contrato.
- E trinta dias contados a partir da comunicação do aviso prévio.

Questão 65

No que se refere à proteção ao trabalho da mulher, julgue os itens a seguir.

- I Para amamentar o seu filho até que ele complete seis meses de idade, a mulher terá direito, durante a jornada de trabalho, a dois descansos de meia hora cada um.
- II O trabalho noturno das mulheres terá salário superior ao diurno, que será acrescido de uma percentagem adicional de, no mínimo, trinta por cento.
- III O empregador é proibido de empregar a mulher em serviço que demande o emprego de força muscular superior a vinte quilos, para o trabalho contínuo, ou superior a trinta quilos, para o trabalho ocasional.

Assinale a opção correta.

- ☐ A Apenas o item I está certo.
- ☐ B Apenas os itens I e II estão certos.
- ☐ C Apenas os itens II e III estão certos.
- ☐ D Apenas os itens I e III estão certos.
- ☐ E Todos os itens estão certos.

Questão 66

O rito sumaríssimo será aplicado aos dissídios individuais trabalhistas cujo valor não exceda a

- ☐ A vinte vezes o salário mínimo vigente na data do ajuizamento da reclamação, permitindo-se até duas testemunhas para cada parte.
- ☐ B vinte vezes o salário mínimo vigente na data do ajuizamento da reclamação, permitindo-se até três testemunhas para cada parte.
- ☐ C sessenta vezes o salário mínimo vigente na data do ajuizamento da reclamação, permitindo-se até três testemunhas para cada parte.
- ☐ D quarenta vezes o salário mínimo vigente na data do ajuizamento da reclamação, permitindo-se até duas testemunhas para cada parte.
- ☐ E quarenta vezes o salário mínimo vigente na data do ajuizamento da reclamação, permitindo-se até três testemunhas para cada parte.

Questão 67

O *jus postulandi* das partes na Justiça do Trabalho, estabelecido no artigo 791 da CLT, limita-se às

- ☐ A varas do trabalho, apenas.
- ☐ B varas do trabalho e aos TRTs, não alcançando a ação rescisória, o mandado de segurança e os recursos de competência do TST.
- ☐ C varas do trabalho, aos TRTs e ao TST.
- ☐ D varas do trabalho e aos TRTs, alcançando também a ação cautelar.
- ☐ E varas do trabalho e aos TRTs, alcançando também a ação rescisória e o mandado de segurança.

Questão 68

Se, em processo judicial trabalhista, a tutela provisória tiver sido concedida antes da sentença, para impugnar essa decisão, conforme o entendimento do TST, caberá

- ☐ A recurso de revista.
- ☐ B agravo de instrumento.
- ☐ C agravo de petição.
- ☐ D mandado de segurança.
- ☐ E recurso ordinário.

Questão 69

Acerca da prova no processo do trabalho, julgue os itens seguintes.

- I Cada uma das partes poderá indicar até três testemunhas.
- II Se, até quinze minutos após a hora marcada da audiência, o juiz não tiver comparecido, os presentes poderão retirar-se.
- III Mesmo que a testemunha seja amiga íntima ou inimiga de qualquer das partes, ela deverá comprometer-se em dizer a verdade e seu depoimento valerá como prova.

Assinale a opção correta.

- ☐ A Apenas o item II está certo.
- ☐ B Apenas o item III está certo.
- ☐ C Apenas os itens I e II estão certos.
- ☐ D Apenas os itens I e III estão certos.
- ☐ E Todos os itens estão certos.

Questão 70

A representação dos sindicatos para a instauração da instância fica subordinada à aprovação de assembleia, da qual participem os associados interessados na solução do dissídio coletivo, em primeira convocação, por maioria de

- ☐ A dois terços dos associados ou, em segunda convocação, por um terço dos associados.
- ☐ B metade dos associados ou, em segunda convocação, por um terço dos associados.
- ☐ C dois terços dos associados ou, em segunda convocação, por metade dos associados.
- ☐ D um terço dos associados ou, em segunda convocação, por um terço dos presentes.
- ☐ E dois terços dos associados ou, em segunda convocação, por dois terços dos presentes.

Espaço livre